



Contribuições da arquitetura e do urbanismo para a problemática da população em situação de rua em São Paulo, Brasil

Contributions of architecture and urbanism to the issue of the homeless population in São Paulo, Brazil

Contribuciones de la arquitectura y el urbanismo a la problemática de la población en situación de calle en São Paulo, Brasil

Daniela Getlinger

Professora Doutora, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil
daniela.getlinger@mackenzie.br

Laura Martins

Arquiteta, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil
lauramartinsnascimento@gmail.com

Paula Rochlitz Quintão

Mestre, USP, Brasil
paularquintao@gmail.com



RESUMO

A existência de pessoas morando nos espaços públicos urbanos é um fenômeno global, com escassas soluções projetuais/espaciais. Desde os anos 2000, o Censo da População em Situação de Rua no Brasil tem acompanhado o aumento constante dessa população em São Paulo, o que pode ser atribuído ao desemprego generalizado, escassez de moradia e altos preços de aluguel. Esse quadro foi agravado após a pandemia de Covid-19, quando, conforme os Censos de 2019 e 2021, houve um aumento de 31% dessa população e um crescimento de 330% nas soluções improvisadas. Atualmente a demanda por abrigo e serviços ultrapassa a capacidade do sistema existente. Este artigo aborda a problemática das pessoas em situação de rua na cidade contemporânea em seu viés espacial, discutindo possíveis intervenções urbanas e apresentando um projeto final derivado de uma experiência acadêmica. Iniciando com a análise do contexto existente da população em questão e das condições urbanas ao longo de uma via elevada que corta a zona central de São Paulo, o estudo prossegue para a identificação de terrenos subutilizados. A estratégia projetual inclui complementar a rede de serviços já disponíveis e prover assistência diversificada e tipos de moradia/abrigo para uma população que é, fundamentalmente, heterogênea. Finalmente, é apresentado um projeto arquitetônico baseado na premissa de prestar serviços ao "Centro de Acolhida" e ao bairro, que visa proporcionar estabilidade e dignidade a pessoas em situação de rua e oferecer moradia permanente como um primeiro passo para promover a reintegração social e o bem-estar.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas em situação de rua. Intervenções urbanas. Projeto arquitetônico.

SUMMARY

The existence of people living in public urban spaces is a global phenomenon with limited design/spatial solutions. Since the 2000s, the Census of the Homeless Population in Brazil has tracked a steady increase in this population in São Paulo, which can be attributed to widespread unemployment, housing shortages, and high rental prices. This situation was exacerbated after the Covid-19 pandemic, when, according to the 2019 and 2021 Censuses, there was a 31% increase in this population and a 330% rise in improvised housing solutions. Currently, the demand for shelters and services exceeds the capacity of the existing system. This article addresses the issue of homelessness in contemporary cities from a spatial perspective, discussing possible urban interventions and presenting a final project derived from an academic experience. Beginning with an analysis of the existing context of the homeless population and the urban conditions along a raised expressway that cuts through central São Paulo, then proceeds to identify underused land. The design strategy includes supplementing the existing network of services and providing diverse assistance and types of housing/shelter for a fundamentally heterogeneous population. Finally, an architectural project is presented, based on the premise of providing services to the "Welcome Center" and the neighborhood, aimed at offering stability and dignity to homeless people and providing permanent housing as a first step toward promoting social reintegration and well-being.

KEYWORDS: Homeless population. Urban interventions. Architectural project.

RESUMEN

La existencia de personas viviendo en espacios públicos urbanos es un fenómeno global, con escasas soluciones proyectuales. Desde los años 2000, el Censo de la Población en Situación de Calle en Brasil ha estado siguiendo el aumento constante de esta población en São Paulo, atribuible al desempleo generalizado, escasez de viviendas y altos precios de alquiler. Esta situación se agravó después de la pandemia de la Covid-19, cuando, según los censos de 2019 y 2021, hubo un aumento del 31% de esta población y un crecimiento del 330% en soluciones improvisadas. Actualmente, la demanda de refugio y servicios supera la capacidad del sistema existente. Este artículo aborda la problemática de las personas en situación de calle en la ciudad contemporánea desde su enfoque espacial, discutiendo posibles intervenciones urbanas y presentando un proyecto académico. Comenzando con el análisis del contexto existente de la población en cuestión y de las condiciones urbanas a lo largo de una vía elevada que cruza la zona central de São Paulo, el estudio prosigue con la identificación de terrenos infrautilizados. La estrategia proyectual incluye complementar la red de servicios ya disponibles, y proporcionar asistencia diversificada y tipos de vivienda/refugio para una población que es, fundamentalmente, heterogénea. Finalmente, se presenta un proyecto arquitectónico basado en la premisa de prestar servicios al Centro y al barrio, que busca proporcionar estabilidad y dignidad a las personas en situación de calle y ofrecer vivienda permanente como un primer paso para promover la reintegración social y el bienestar.

PALABRAS CLAVE: Primero. Intervenciones urbanas. Proyecto arquitectónico.



1 Introdução

A condição de viver abaixo da linha da pobreza é uma realidade global, presente em praticamente todas as nações, embora a definição de pobreza possa variar de um país para o outro. Nos países desenvolvidos, a proporção de pessoas vivendo abaixo dessa linha é geralmente menor, raramente ultrapassando 20% da população. Em contraste, nos países em desenvolvimento, essa proporção pode oscilar entre 20% e 60% da população total.

É provável que haja pessoas sem teto em todas as nações (Quintão, 2012). A própria definição de “teto” é variável, e nem todos os cidadãos que “não têm teto” acabam em situação de rua. Do mesmo modo, muitas pessoas “com teto” também acabam por viver nas ruas, ou utilizar o espaço público como moradia. A condição das pessoas sem teto varia consideravelmente de país para país e de cidade para cidade, dependendo de fatores como a disponibilidade de abrigos e serviços de apoio, políticas públicas e condições econômicas locais.

Segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua, criada em 2009,

considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

No Brasil, é evidente a presença significativa de pessoas em situação de rua em todas as cidades. De acordo com uma publicação preliminar do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi estimado que ao menos 281.472 pessoas viviam nessa condição no Brasil até o ano de 2022.

O foco deste artigo está na cidade de São Paulo, na qual a população em situação de rua tem uma longa história, que remonta a meados do século XX, período em que a urbanização da cidade viveu um rápido crescimento. Nessa época, muitos trabalhadores migrantes e imigrantes, especialmente na década de 1970, chegaram à cidade em busca de oportunidades de emprego. Muitos não conseguiram encontrar trabalho ou habitação adequada, resultando em uma parcela significativa da população vivendo nas ruas.

Nas décadas de 1980 e 1990, conforme Frangella (2004), a população em situação de rua na cidade de São Paulo experimentou um aumento significativo. Esse crescimento foi influenciado por diversos fatores, incluindo a crise econômica, notadamente devido os impactos dos Planos Collor e Real, o desemprego em ascensão e a escassez de habitações acessíveis.

Entre 1989 e 1992, a então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, desempenhou um papel fundamental no início de projetos intersecretariais e na promoção da criação de albergues, casas de convivência, construção de banheiros e lavanderias públicos, além da inauguração de uma cozinha popular para oferecer refeições acessíveis à população (Frangella, 2004).

Na década de 2000, a Prefeitura de São Paulo implementou uma série de políticas públicas na tentativa de lidar com o problema da população em situação de rua, incluindo a criação de abrigos temporários e programas de reinserção social. No entanto, apesar das



iniciativas do governo para abordar essa situação, os resultados têm sido insuficientes até o presente momento.

Nos últimos anos, houve um aumento notável da população em situação de rua na cidade de São Paulo. Esse aumento está diretamente ligado à pandemia de Covid-19, que assolou o país entre 2020 e 2022, deixando muitos indivíduos desempregados, incapazes de arcar com aluguel e necessidades básicas, além de inúmeras famílias sem teto ou abrigadas em tendas. Essa mudança drástica torna-se evidente quando são comparados os dados de 2019 e 2021 da Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua.

Até 2015, o número de pessoas em situação de rua abrigadas em centros de acolhida e albergues excedia o número de pessoas que dormiam nas ruas, mas essa tendência foi invertida em 2019, sendo acentuada em 2021 por causa de superlotação nos abrigos e restrições de mobilidade, forçando muitos desabrigados a viverem nas ruas e sem acesso às necessidades básicas.

Os números mais recentes, provenientes do Censo de 2021, indicam que 31.884 pessoas vivem em situação de rua na cidade de São Paulo. Dentro desse grupo, 19.209 indivíduos (60,2%) foram encontrados nas ruas, enquanto 12.675 (39,8%) estavam abrigados em centros de acolhida. Isso representa um aumento alarmante de 31% em apenas dois anos, um fenômeno que também se reflete no crescimento de locais improvisados, como barracas e tendas, que aumentaram 330% desde 2019 (São Paulo, 2021b, p. 14).

Os dados também nos permitem entender como essa população em situação de rua está distribuída geograficamente. Notavelmente, a Subprefeitura da Sé, no centro da cidade, emerge como a área que concentra a maior quantidade de pessoas em situação de rua, com um total de 12.851 indivíduos. Esse número representa quase metade dessa população (49,2%).

A análise do Censo 2021 mostra que o perfil predominante dos moradores de rua são homens pardos, com idade entre 31 e 49 anos, que vivem aproximadamente há dois anos nas ruas. No entanto, é importante ressaltar que essa população é extremamente heterogênea.

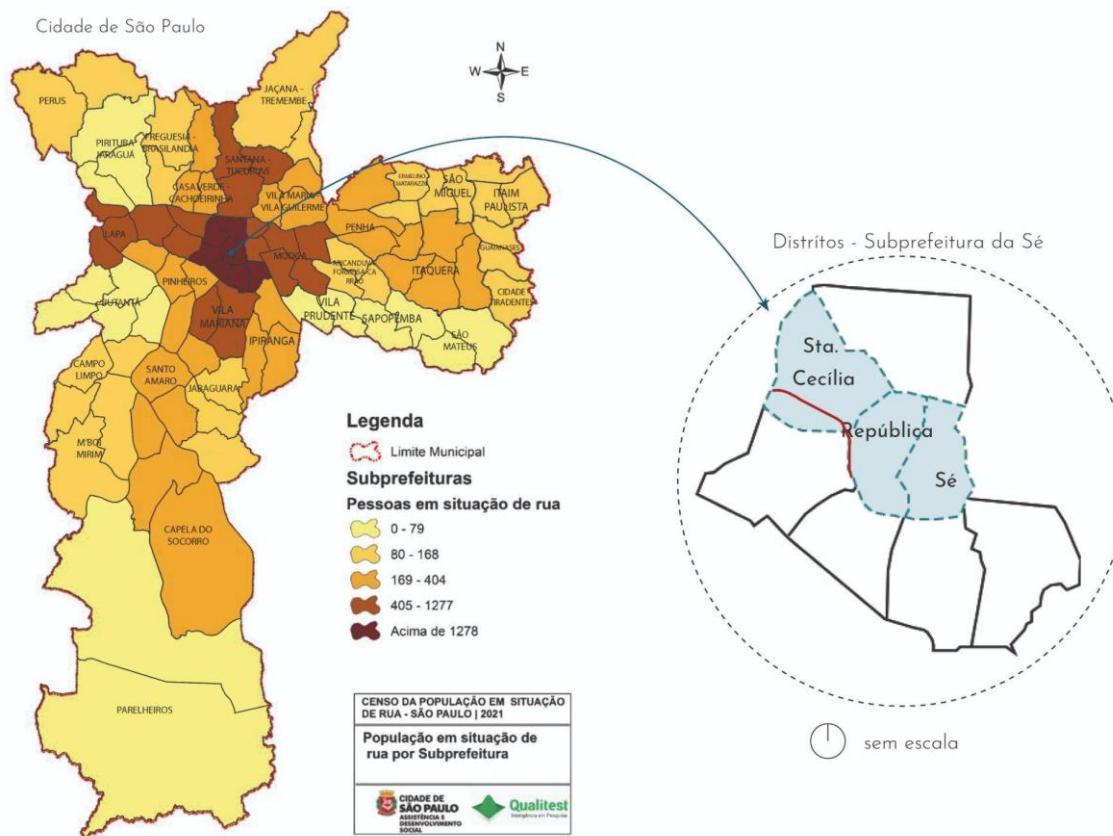
Além de buscar caracterizar essa população, a Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua de 2021 traz informações muito relevantes sobre a rede de acolhida na cidade de São Paulo. Conforme apontado pela Qualitest em 2021, os dados revelam que a população em situação de rua está crescendo mais rapidamente do que a expansão da rede de acolhimento disponível. Pela primeira vez na história do Censo, 60,2% dos recenseados estão morando nas ruas, sem usar os sistemas de abrigo e acolhimento. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), atualmente existem apenas 12 mil vagas nos abrigos, enquanto a população em situação de rua é de 32 mil pessoas.

Como observa Quintão (2012), apenas esse número por si só deveria ser suficiente para incentivar investimentos e a elaboração de planos urbanísticos específicos que promovam a inclusão dessas pessoas no espaço urbano. Diante dessas circunstâncias, as questões centrais abordadas neste artigo são: como acomodar a população que habita os espaços públicos dentro do tecido urbano de maneira eficaz? Quais alternativas de provisão de assistência social básica, além de moradia digna, podem ser oferecidas à diversificada população em situação de rua?

2 A população em situação de rua na área central de São Paulo

Este estudo é concentrado na área central de São Paulo, mais especificamente na subprefeitura da Sé, região em que cerca de metade da população em situação de rua da cidade está localizada. Essa concentração é particularmente evidente nos distritos Santa Cecília e República, responsáveis por abrigar respectivamente 18,10% e 8,17% dessa população.

Figura 1 – Mapa da cidade de São Paulo com a quantidade de população em situação de rua encontrada em cada subprefeitura e aproximação dos distritos de Santa Cecília, República e Sé, locais com maior concentração dessa população



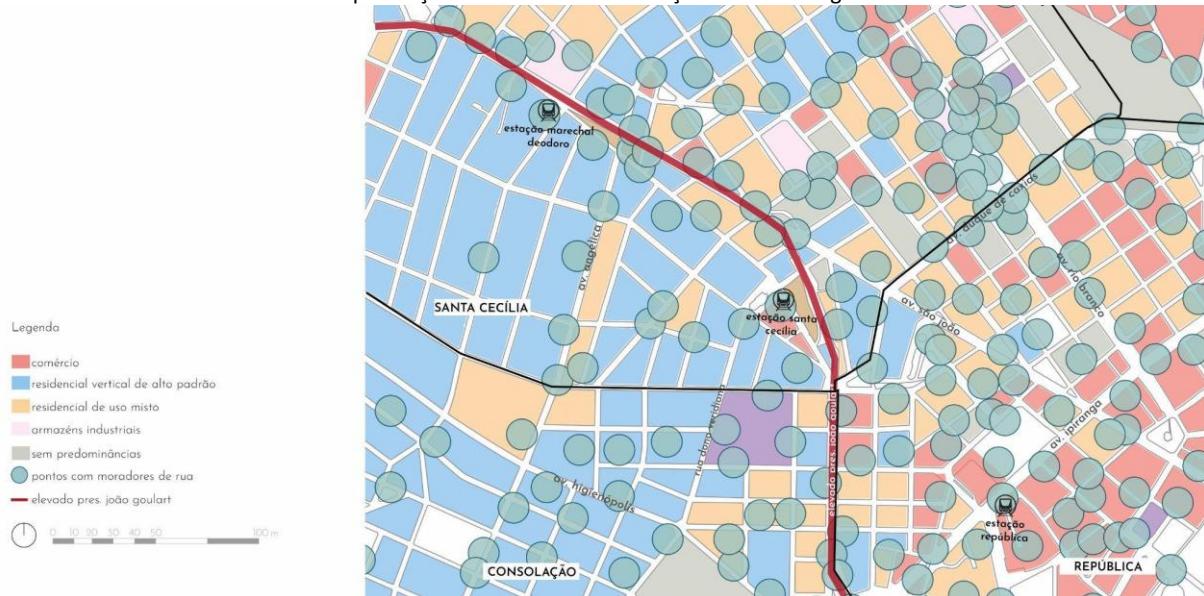
Fonte: Laura Martins sobre imagem do Google Earth e Censo Pop Rua (2021).

A alta concentração de pessoas em situação de rua nesses distritos (Fig. 1) pode ser parcialmente atribuída ao processo de degradação da área decorrente da construção do Elevado Presidente João Goulart, conhecido como “Minhocão”, realizada entre 1969 e 1971. Com 3,5 quilômetros de extensão, essa via elevada foi celebrada à época como a maior obra em concreto armado de toda a América Latina, porém, simboliza uma política rodoviária que negligenciou o tecido urbano, resultando em danos ambientais e estéticos significativos. Ao longo dos anos, tornou-se evidente que essa intervenção urbana nos bairros Santa Cecília, República e Consolação foi a principal causa da deterioração do centro da cidade, contribuindo para a desvalorização imobiliária na área circundante (Artigas; Melo; Castro, 2008, p. 8).

Conforme destacado por Quintão (2012), a distribuição espacial da população em situação de rua está diretamente ligada aos fluxos gerados pelas áreas onde os serviços predominam, facilitando a obtenção de alimentos gratuitos para a sobrevivência. Atualmente, a região se destaca por sua natureza predominantemente comercial e de serviços, o que

também justifica a concentração de pessoas em situação de rua. Assim, a permanência dessa população na região está intimamente ligada ao processo de degradação que transformou a área em um refúgio para essas pessoas ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000.

Figura 2 – Uso do solo do entorno do Viaduto Presidente João Goulart. Os pontos em verde no mapa representam áreas onde a presença de moradores em situação de rua foi registrada



Conforme evidenciado na figura 2, o Viaduto Presidente João Goulart, destacado pela linha vermelha no mapa, atua como uma divisão entre a área com uso predominantemente residencial (indicada no mapa pelas cores azul e amarelo), e as zonas comerciais e de serviços da região (sinalizadas em vermelho).

3 A rede de equipamentos de acolhimento no entorno do Elevado Presidente João Goulart

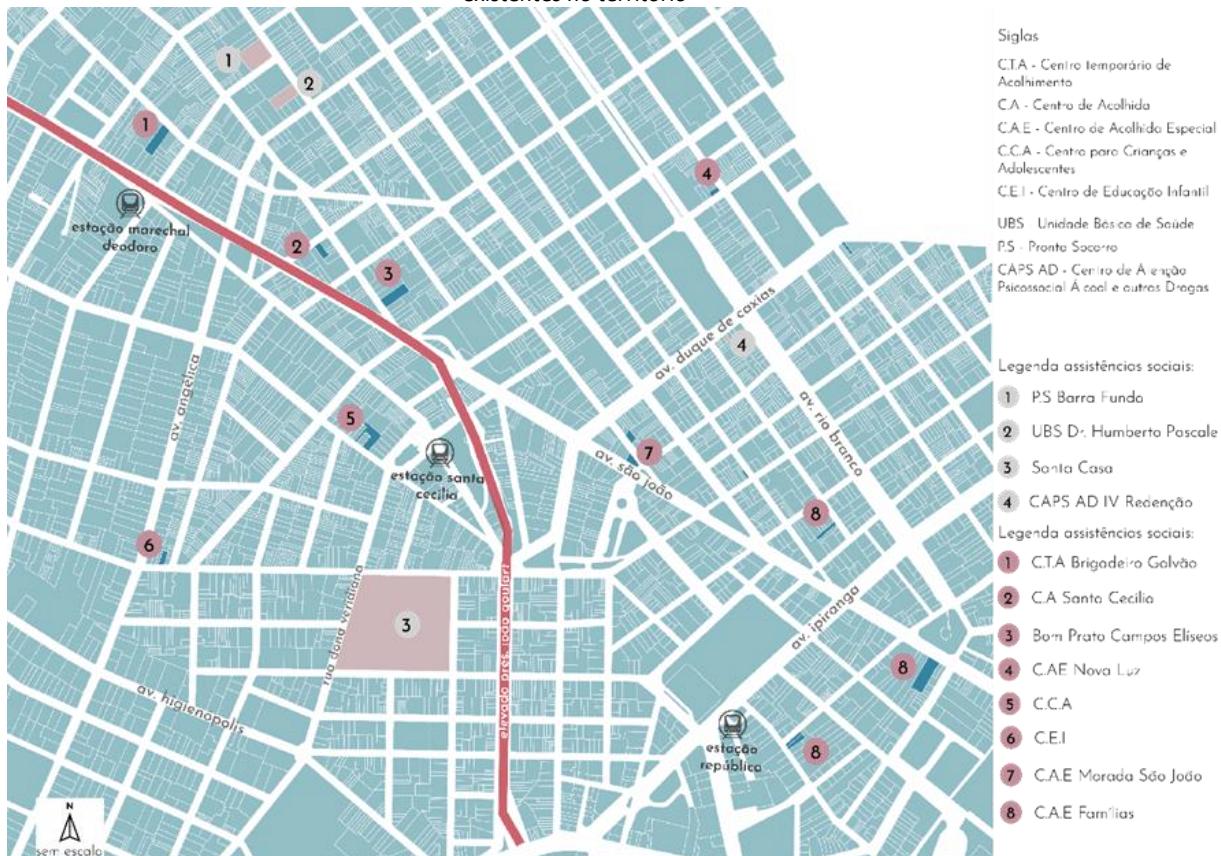
Em São Paulo, a responsabilidade pela assistência social recai sobre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Essas instituições são encarregadas de implementar políticas públicas que visam garantir a proteção social e o acesso aos direitos daqueles que mais precisam, oferecendo uma variedade de serviços, benefícios, programas e projetos de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade (São Paulo, 2021a, p. 6).¹

Na região próxima ao elevado Presidente João Goulart, nos distritos Santa Cecília e República, onde se observa uma concentração significativa de pessoas em situação de rua (Fig. 2), nota-se também uma notável presença de serviços de acolhimento institucional voltados para essa população (Fig. 3), principalmente em Santa Cecília, com o total de 2.721 vagas

¹ Instituído pelo Decreto nº 53.795, de 25 de março de 2013, e consolidado pela Lei nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019, o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua é um órgão colegiado municipal vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Sociedade Civil, com intuito de construir, acompanhar e avaliar a política municipal para a população em situação de rua da cidade de São Paulo.

noturnas (São Paulo, 2019.) No entanto, mesmo com a presença de uma rede de apoio e de assistência social para as pessoas em situação de rua, essas ações revelam-se insuficientes diante dos números registrados em 2021.

Figura 3 – Mapa da região do entorno do Elevado Presidente João Goulart, assinaladas as assistências sociais existentes no território



Fonte: Laura Martins sobre imagem do Google Earth (2022).

Em 2019, conforme dados da SMADS, estavam disponíveis 3.097 vagas noturnas. Contudo, em 2021, a quantidade de pessoas em situação de rua, apenas nos distritos República e Santa Cecília, alcançou o número de 7.662, concentrando a maior parte dos indivíduos desabrigados em São Paulo. Embora não haja dados mais recentes, é evidente o aumento da população em situação de rua nessas áreas, o que se reflete nas longas filas para o restaurante do Programa Bom Prato,² formadas horas antes das refeições, e no expressivo número de pessoas que agora permanecem sob o Elevado Presidente João Goulart.

O último Censo realizado indica que muitas pessoas em situação de rua preferem permanecer em uma única região, evitando deslocamentos devido aos elevados custos associados a essa movimentação. No entanto, os centros de acolhida para pernoite existentes,

² Criado em 28 de dezembro de 2000, o programa Bom Prato tem como objetivo oferecer refeições saudáveis e de alta qualidade a um custo acessível à população em vulnerabilidade social. Há 23 anos, o valor das refeições permanece inalterado. A rede de restaurantes populares conta com 120 unidades instaladas no estado, sendo 75 fixas e 45 móveis, distribuídas da seguinte forma: 24 na Capital; 19 na Região Metropolitana de São Paulo; 23 no interior; e 9 no litoral. Atualmente, são servidas 138 mil refeições por dia.



que oferecem maior quantidade de vagas para acolhida, estão localizados em áreas mais afastadas e restritas. Esses equipamentos, ao concentrarem muitos dos recursos em um único local, muitas vezes distante do epicentro dessa população, acabam não sendo tão atrativos.

Conforme apontado por Quintão (2012), a estratégia mais eficaz não é concentrar moradias ou serviços assistenciais em um único local, mas diversificar os programas e distribuí-los estrategicamente por todo o território, com foco em áreas de maior concentração dessa população. A abordagem deveria visar preencher as lacunas específicas de cada região, implementando equipamentos para complementar os serviços já disponíveis.

Outro aspecto relacionado à concentração da população em situação de rua em um único lugar é a tendência em intensificar a segregação, transformando esses espaços em “lugar dos moradores de rua”. Em contraste, a distribuição de moradias em centros de acolhimento diversificados, com menor número de vagas e direcionados aos diferentes grupos, pode contribuir para evitar resistência dos vizinhos e o estigma associado a uma área específica, além de atender de forma mais efetiva às necessidades da pessoa em situação de rua (Queiroz, 2022).

Um ponto de destaque na análise da área é a existência de diversos lotes não edificados, subutilizados ou sem uso aparente, os quais não estão desempenhando adequadamente sua função social.³ A ociosidade de terrenos ou edificações, especialmente em regiões com infraestrutura adequada, como é o caso do recorte territorial estudado, pode acarretar efeitos prejudiciais a seu entorno, como a degradação e o abandono. Esses efeitos reverberam por toda a cidade, uma vez que reduzem a oferta de áreas aptas à urbanização ou utilização, resultando no encarecimento dos imóveis e na expulsão de grandes segmentos da população para as regiões mais distantes e ambientalmente sensíveis.

4 Uma experiência acadêmica em arquitetura voltada às necessidades da população em situação de rua no recorte territorial estabelecido

Com o objetivo de abordar possíveis ações para lidar com a problemática das pessoas em situação de rua no contexto urbano e arquitetônico, a seguir é apresentada uma experiência pedagógica resultante de um trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo. Este projeto aborda um tema de grande relevância para o debate acadêmico: a condição da população que utiliza os espaços públicos e áreas degradadas como moradia e fonte de sustento, seja temporária ou permanente, na região central da capital de São Paulo, Brasil.

Por meio da análise das condicionantes nos distritos Santa Cecília e República, o projeto propõe uma intervenção urbana destinada a promover a inclusão dessas pessoas no espaço urbano onde estão concentradas. Além disso, apresenta uma solução arquitetônica que busca integrar-se ao entorno, visando não apenas atender o morador do centro assistencial, mas também outros residentes do bairro.

O projeto urbano, conforme ilustrado na figura 4, propõe alternativas para oferecer assistência social básica e moradia digna à população em situação de rua na região. Essa proposta é viabilizada pela identificação de terrenos notificados pela Prefeitura de São Paulo

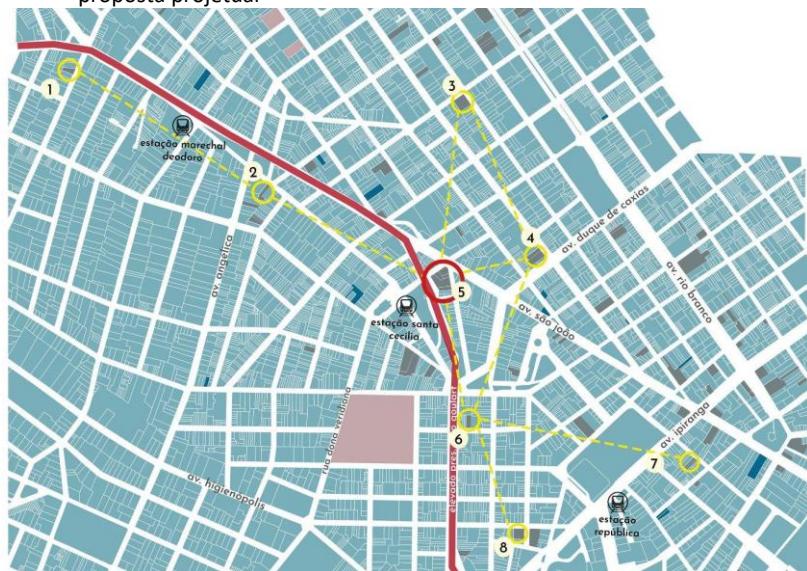
³ A Prefeitura de São Paulo, alinhada ao novo Plano Diretor Estratégico, adota medidas para notificar os proprietários desses imóveis. Essa iniciativa visa reforçar os princípios e objetivos de uma política urbana coerente com os desafios que a cidade enfrenta.

por não cumprirem sua função social, bem como pela criação de uma rede diversificada e complementar aos serviços já disponíveis para os moradores de rua. Áreas de lazer, espaços para alimentação, instalações de higiene, salas para cursos de capacitação, serviços de saúde e abrigos foram cuidadosamente distribuídos na região com maior concentração da população em situação de rua, ao longo do eixo do Elevado Presidente João Goulart.

Figura 4 – Mapa da Rede de assistência proposta com seus respectivos programas sugeridos, em lotes notificados pela Prefeitura de São Paulo por não cumprir sua função social. Em vermelho, marcação do lote escolhido para a proposta projetual

Legenda:

- 1 Rua Conselheiro Brotero, 730 - Santa Cecília
Lazer, alimentação e higiene
 - 2 Rua das Palmeiras, 485 - Santa Cecília
Lazer, cursos e higiene
 - 3 Alameda Nothmann, 658 - Campos Elíseos
Lazer, saúde e higiene
 - 4 Alameda Barão de Limeira, 346 - Campos Elíseos
Lazer, cursos e higiene
 - 5 Rua Ana Cintra, 202 - Campos Elíseos
Lazer, alimentação, abrigo e higiene
 - 6 Rua Santa Isabel, 186 - Campos Elíseos
Abrigo, alimentação e higiene
 - 7 Rua Vinte e Quatro de Maio, 213 - República
Saúde, alimentação e higiene
 - 8 Rua Bento Freitas, 441 - República
Abrigo, cursos e higiene
- lotes notificados
■ assistências sociais existentes
— elevado pres. João Goulart
○ lote escolhido para o desenvolvimento do projeto



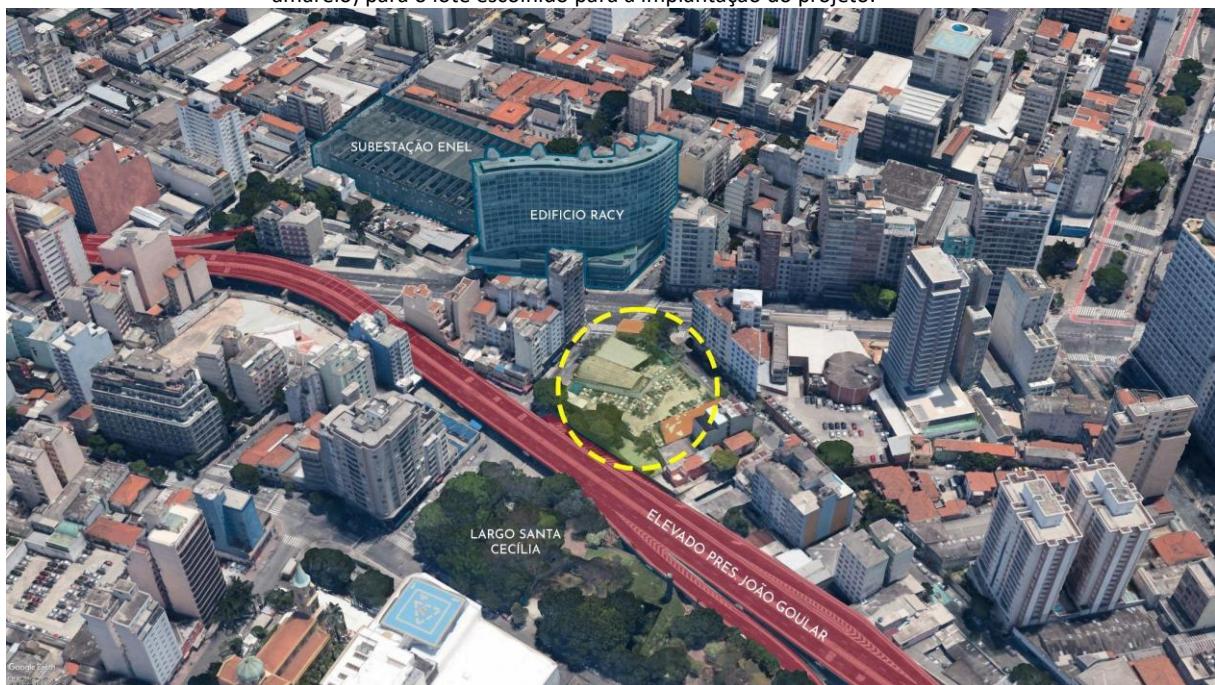
Fonte: Laura Martins sobre imagem do Google Earth (2022).

A análise detalhada da área também permitiu identificar um terreno de esquina, atualmente desocupado (Fig. 5), que oferece a possibilidade de abrigar vários programas voltados à assistência ao morador de rua, além da habitação, integrando-se à rede espacializada no projeto urbano.

Estrategicamente localizado ao lado do Elevado Presidente João Goulart, nas proximidades da Estação de Metrô Santa Cecília e do Terminal Amaral Gurgel, ambos no Largo da Igreja Santa Cecília, o lote proporciona fácil acesso ao transporte público da cidade. Sua proximidade com importantes vias, como a Avenida São João e a Rua Ana Cintra, facilita a conexão dos residentes a serviços e oportunidades de emprego.

A classificação do lote como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS-3), conforme o Plano Diretor de São Paulo (São Paulo, 2014), implica um compromisso com a promoção da habitação social e o desenvolvimento urbano inclusivo, simplificando o processo de aprovação e facilitando o acesso a financiamentos para o projeto. Entretanto, o lote apresenta desafios que requerem atenção especial, como a degradação urbana na área imediatamente ao redor, evidenciada por calçadas danificadas e baixa presença de pedestres e veículos, o que indica a necessidade de medidas para aprimorar a atratividade e a segurança da área.

Figura 5 – Imagem tridimensional da área circundante ao Elevado Presidente João Goulart, com destaque (em amarelo) para o lote escolhido para a implantação do projeto.



Fonte: Laura Martins sobre imagem do Google Earth (2022).

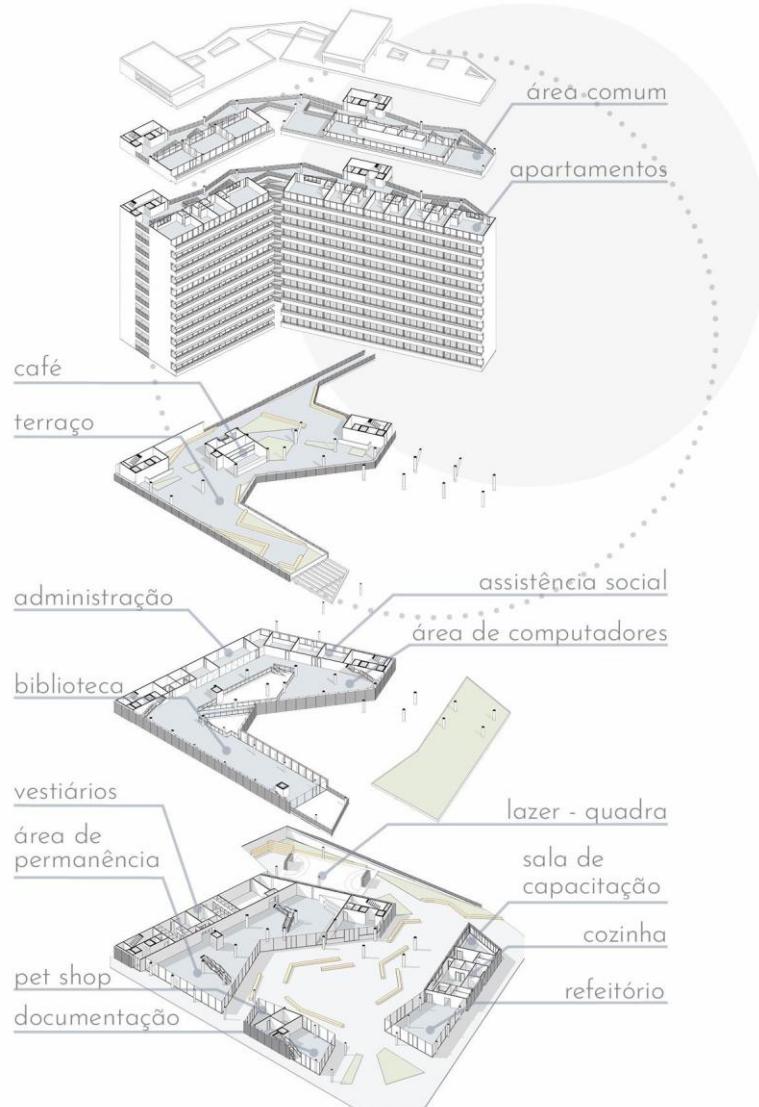
Nesse lote de esquina, foi elaborado o projeto arquitetônico de um edifício cujo programa de necessidades foi segmentado em quatro módulos principais: lazer, alimentação, higiene e abrigo/habitação (Fig. 6).

O Centro de Acolhida foi projetado com uma ampla praça central no nível térreo, no coração do lote, com o objetivo de integrar-se ao tecido urbano. Conforme destacado por Alex (2011), a ausência de barreiras físicas ou arquitetônicas, como construções, corpos d'água e vegetação, com a visibilidade total das calçadas e o acesso simbólico ou social sem restrições, são condições essenciais para a plena utilização da praça.

Optou-se, portanto, por não cercar o edifício com grades, algo muito comum em São Paulo. Em vez disso, estabeleceu-se a relação da praça com a calçada, a rua e a arquitetura do entorno, permitindo a conexão com a área pública interna do complexo. Essa escolha de integração do edifício à cidade tem como principal propósito minimizar o estigma do isolamento da população em situação de rua.

A praça central do Centro de Acolhida foi projetada com áreas multiuso e amplas áreas de convivência e lazer totalmente flexíveis, com o intuito de proporcionar um ambiente acolhedor e inclusivo para os residentes do complexo e os moradores do bairro. Além da praça e da quadra de esportes, o pavimento térreo conta com espaços destinados a diferentes atividades compartilhadas, como jogos, leitura e áreas de estar. O objetivo é criar um ambiente que promova o enriquecimento pessoal e a interação social, atendendo às diversas necessidades dos usuários e proporcionando-lhes um senso de pertencimento. Também foi incorporada uma área de alimentação que inclui um refeitório, uma cozinha industrial e uma sala reservada para capacitação culinária e trabalho voluntário.

Figura 6 – Imagem tridimensional que apresenta o programa do projeto dividido por andares/pavimentos



Fonte: Laura Martins (2023).

Um espaço dedicado à regularização de documentos e cuidados de animais também está presente, atendendo tanto os moradores do edifício quanto à comunidade. Existem também áreas com vagas distribuídas na praça central, para que os usuários possam estacionar carroças e carrinhos no local.

No primeiro pavimento, estão localizadas áreas de computadores e uma biblioteca/área de leitura de uso compartilhado, bem como salas de assistência social para atender os usuários do equipamento. O mezanino foi cuidadosamente projetado para promover a integração entre os andares e proporcionar vistas para as áreas externas.

O segundo pavimento, também conhecido como “térreo elevado”, estabelece uma conexão física e simbólica com o Elevado Presidente João Goulart. Atualmente, o elevado tem um uso híbrido, sendo via expressa de segunda a sexta-feira, das 7 às 20 horas, e parque linear nos dias úteis, das 20 às 22 horas, e aos sábados, domingos e feriados, das 7 às 22 horas. A passarela projetada cria uma ligação direta entre o Centro de Acolhida, localizado nos andares



inferiores e superiores, e uma área pública, que inclui espaços de convivência para o uso da comunidade, como jardins, praça e área de café.

A partir do térreo elevado, de uso público, estão localizados os pavimentos destinados ao módulo Abrigo/Habitação. Essa habitação visa proporcionar estabilidade e dignidade pessoas em situação de rua, oferecendo-lhes um lar permanente como ponto de partida para promover sua reintegração social e melhorar seu bem-estar geral.

Finalmente, na cobertura, foi projetada uma área comum exclusivamente destinada aos moradores da habitação. Essa área multifuncional possibilita a realização de diversos eventos e atividades, proporcionando vistas panorâmicas privilegiadas ao Elevado João Goulart e do centro da quadra.

5 Considerações finais

A análise das condicionantes urbanas no centro da cidade, particularmente na região próxima ao Elevado Presidente João Goulart, permitiu identificar as áreas de maior concentração de pessoas em situação de rua e mapear a rede existente de assistência social básica, nos distritos Santa Cecília e República. Durante essa análise, constatou-se a escassez de instalações de higiene pessoal em locais distribuídos pela área, não necessariamente vinculados a albergues; a precariedade de oferta de espaços de lazer, bem como a ausência de locais dedicados a serviços de assistência social, apoio jurídico, obtenção de documentação e serviços de saúde exclusivamente voltados para a população em situação de rua. Além disso, observou-se a presença de muitos lotes sem construção, subutilizados ou abandonados, os quais foram notificados pelo poder público por não cumprirem sua função social.

Considerando as lacunas específicas da região, foram estabelecidas como estratégias de enfrentamento da falta de moradia e serviços assistenciais para a população em situação de rua a diversificação dos programas ofertados e a distribuição estratégica em áreas de maior concentração dessa população. A rede de serviços existente foi complementada, distribuindo moradias e locais de pernoite em centros de acolhimento diversificados. Com isso, os serviços de atendimento passam a ser “pulverizados” em todo o território, em vez de “concentrados” em uma única área/distrito/região, com menor número de vagas e direcionados aos diferentes grupos. Essa abordagem teve como objetivo reduzir a necessidade de deslocamentos e evitar a resistência dos vizinhos, bem como o estigma associado a uma área específica.

O projeto arquitetônico voltado ao atendimento da população em situação de rua baseou-se na premissa de integrar o edifício à cidade, que foi obtida por meio da ausência de barreiras espaciais e arquitetônicas, visibilidade completa a partir das calçadas, conexão com a área pública interna do complexo e livre acesso às áreas comuns do edifício. A abordagem procurou minimizar o estigma do isolamento da população em situação de rua e oferecer programas não apenas para os moradores do centro assistencial, mas também para os outros residentes do bairro.

Como forma mais eficaz de acomodar a população que habita os espaços públicos, foi proposta uma abordagem para oferecer estabilidade e dignidade aos moradores em situação de rua, proporcionando-lhes uma moradia permanente como ponto de partida para promover sua reintegração social e aprimorar seu bem-estar geral.



Ao projetar uma estrutura urbana destinada a complementar a rede de serviços para a população em situação de rua, bem como um edifício público inclusivo, buscou-se desafiar a atual lógica de localização dos centros de assistência. Esses espaços, frequentemente situados em áreas afastadas e restritas, oferecem maior quantidade de vagas em albergues, excluindo essas pessoas dos espaços urbanos já consolidados. A escolha de planejar um edifício de habitação permanente próximo ao Elevado Presidente João Goulart, no centro da cidade, reflete o reconhecimento da importância de proporcionar uma localização acessível e conveniente, facilitando o acesso a serviços, transporte público e oportunidades de emprego.

A experiência pedagógica resultante de um trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo aborda a problemática da população em situação de rua, não como uma solução única e definitiva para o problema, mas sim como uma contribuição para a discussão de possíveis soluções dentro do campo do urbanismo e da arquitetura.

Referências

ALEX, S. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. 2. ed. São Paulo: Ed. Senac, 2011

ARTIGAS, R.; MELLO, J.; CASTRO, A. C. **Caminhos do elevado**: memória e projetos. São Paulo: SEMPLA; DIPRO; Imprensa Oficial, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. 361 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

QUEIROZ, G. Capital terá vila com casinhas de 18m² para moradores de rua. **Veja São Paulo**, São Paulo, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/prefeitura-promete-instalar-330-moradias-temporarias-para-populacao-de-rua/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

QUINTÃO, P. R. **Morar na rua: há projeto possível?** 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-07082012-122947/pt-br.php>. Acesso em: 1 set. 2022.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. **Programa Bom Prato**. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protectao-social/programa-bom-prato-2/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/participacao_social/conselhos_e_organos_colegiados/comitepoprua/. Acesso em: 23 nov. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Guia POPRUA**: Serviços e Direitos da População em Situação de Rua - Cidade de São Paulo. São Paulo: SMDHC, 2021a. Disponível em:



https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/POP_RUA/PUBLICACOE/S/GUIAOPRUA_SMDHC.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**: relatório final da pesquisa amostral do perfil socioeconômico. São Paulo: SMADS; Qualitest, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**: Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estratégico-Lei-nº-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **População em situação de rua – São Paulo**: Censo 2021. São Paulo: SMADS; Qualitest, 2021b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWE4MTE5MGItZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>. Acesso em: 30 out. 2023.

SÃO PAULO. Secretaria do Desenvolvimento Urbano. **Função Social da Propriedade**: Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios. 16 set. 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/funcao_social_da_propriedade/index.php?p=172133. Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. **População em Situação de Rua**. 14 out. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/populacao_em_situacao_de_rua/index.php?p=326692. Acesso em: 23. nov. 2023.